

Neide Esterci observa que, se quase 50% procederam desta forma, deve haver um motivo geral, ao nível da própria política adotada. Os retirantes e colonos fixados apontam como causa de sua saída a falta de recursos médicos, as dificuldades financeiras, a má qualidade da terra, que mais equivaleria ao seu esgotamento, à incompetência agrícola e à procura de melhores condições. (21)

Estes aspectos, na realidade, evidenciam as falhas no processo de colonização, segundo Esterci, ao nível talvez da comercialização da produção e do fornecimento do crédito. Parece-nos, entretanto, que a falha não se relaciona, apenas, a estes fatores e sim à impossibilidade da implantação efetiva da colonização, nos moldes em que foi prevista pelo decreto 3.059.

Pode-se perceber no decorrer da descrição da vida da Colônia que, desde cedo, faltaram recursos materiais necessários ao sucesso do empreendimento.

O Governo Federal, a nível de palavras, discursos, estudos, debates, propaganda, realizou quase todo seu programa de colonização, pelo menos, no que respeita à CANG. Com respeito ao auxílio financeiro e apoio técnico e administrativo, muito deixou a desejar.

Do ponto de vista da fixação e da criação de uma nova mentalidade agrícola, também muito nociva foi a situação criada com o aíraso na demarcação e legalização dos lotes. Além disto, na fase de implantação - desbravamento, não houve realmente uma preocupação colonizadora. Estes fatos tiveram consequências profundas, porque determinaram o afrouxamento de regras prioritárias, logo no início, em função, exatamente, das tendências predatórias que se queria corrigir.

O sistema colonizador previsto não chegou a se implantar. A tentativa de reorganizar a Colônia, a partir

(21) Esterci, Neide, op. cit. págs. 80 e 61.

de 1951, de acordo com as exigências legais, sem o necessário apoio federal não foi capaz de resistir às novas tendências que se firmavam.

Estas surgiram com o significado econômico que a região alcançou. JÁ se verificou que esta área vinha sendo ocupada por imigrantes pobres e por grupos economicamente fortes. A produção obtida, a fáma da qualidade das terras, enfim, o vigor sentido na ocupação e nas possibilidades futuras provocou o fluxo cada vez maior de grandes produtores, também para a Colônia. A administração, no seu esforço de atingir as metas colonizadoras, era sumamente prejudicial aos novos interesses que para lá se voltavam. E, ainda mais, o futuro município, bastante populoso representava, mesmo pelas características em que se formara um importante centro eleitoral. Sob a bandeira do progresso atingido a emancipação da Colônia viria ser obtida.

A introdução do novo município no conjunto estatal foi marcada por pressões regionais, dos municípios de Goiás, Jaraguá, por interesses de ordem política e pelo desejo de Ceres em se constituir autônomo.

Os interesses particulares, cárulos, foram vitoriosos. Ceres constituiu um município que fisicamente ocupava apenas a área da antiga CANG. (22)

A justificativa para o desejo emancipador não se limitava à constatação do progresso da Colônia: "Mais a consciência cívica de seus habitantes a integrar cada partícula de iniciativa particular no supremo interesse nacional". (23)

Até que ponto o esforço colonizador poderia contrariar estes interesses desta iniciativa, erigidos em nacionais não se sabe.

O rumo dos acontecimentos podia, no entanto, esclarecer alguns aspectos.

(22) Compare-se os mapas da Colônia, à pág. 108 e do município, à pág. 166.

(23) Guia Prático de Ceres, op. cit., pág. 84

Já em 1962 Ceres é acusada de ser um mito. A pequena propriedade está em decadência. Em 1974 "Ceres é uma espécie de garimpo. Quem está aqui, está louco para sair. Muitos formaram pequenas fazendas. Os que podiam vendiam a propriedade e iam embora para o Norte ou para as favelas dos grandes centros". (24)

A saída continua de pequenos proprietários para o Norte é constatada, sobretudo a partir de fins da década de 60. Quando o solo das pequenas propriedades começa a mostrar sinais de que está lavado e não recuperado, as cidades de Uruaçú, Gurupi e Araguaína ainda são focos de atração sobre Ceres. Em núcleos da Transamazônica encontram-se vários ex-pequenos proprietários dai deslocados. O município tem atualmente 6 propriedades abandonadas. Em 1973, foram vendidas 60 propriedades pequenas, em virtude da seca e do bruzão, doença que atacou o arroz. Este número, entretanto, não difere da média de vendas nos últimos anos.

Enquanto isto, a rentabilidade produtiva do arroz nas propriedades maiores, onde se utiliza adubo e outros recursos aumenta: 20 a 25 sacas/ha, em 1970; 25 a 30 sacas/ha, em 1974.

A situação da pequena propriedade coresina foi considerada, pelo escritório local da ACAR, como problema do INCRA, em virtude dos problemas que consequencia. A subdivisão extrema, a que se chegou (3 a 4 alqueires), proporciona subsistência precária aos proprietários. O poder aquisitivo é baixíssimo. As condições físicas e sanitárias são péssimas. O crédito concedido a tais proprietários não é suficiente e, aliado a outras condições impossibilita a recuperação econômica destes. Poder-se-ia classificar este crédito como de subsistência. A safra vendida é o meio de pagar ao banco e a nova plantação depende de novo empréstimo. Às vezes, recorre-se, também, a empréstimos particulares, a juros altos e que levam o proprietário à total insolvência dos

(24) Entrevista em Ceres, 1972.

débitos. (25)

Muitos pequenos proprietários optaram por esta forma de sobrevivência e, por este motivo, não abandonam a região. (26)

A alguns possuem 1 ou 2 cabeças de gado, para consumo familiar de leite. Apenas os grandes proprietários tem rebanhos significativos.

Os pequenos proprietários "são atrasados", não adubam suas terras e nem empregam máquinas na lavoura. Os grandes "são mais evoluídos", procuram os escritórios da ACAR (até 30/10/74-58 mutuários, dos quais mais de 90% são médios e grandes proprietários). (27) Estas classificações que facilmente surgem na comparação entre as categorias dos pequenos e grandes proprietários podem ser consideradas como o atestado de irrealização da obra educacional, considerada por Weibel, em 1946/47 como o ponto crucial para o sucesso da colonização.

Ceres não conta, até agora, com estabelecimento de ensino técnico agrícola. A educação primária ou fundamental também não parece ter realizado efeitos significativos. Em 1974, parte do município, atingido pela ACAR, e, portanto incluído na área mais assistida, apresenta o seguinte quadro, com relação à alfabetização:

(25) Entrevista com extencionista atual e antigo, escritório local ACAR-Ceres, sobre dados levantados por aplicação de questionários, cuja análise baseou o atual plano de trabalho no município.

(26) Entrevista com ex-extencionista da ACAR, escritório local - Ceres - 1974.

(27) Entrevista com extencionista regional da ACAR - Escritório regional - Cerec - 1974.

EDUCAÇÃO (28)
 Situação Geral
 Nível cultural da produção, por região

Regiões Traba- lhadas	Nº de Hab.	Nível Cultural - %				
		Alfabetizado	Analfabeto	Primário	Ginásio	Outros
Poção	280	50%	30%	-	-	-
Cór.Bica	300	50%	40%	-	-	-
Ipiranga I	1.180	60%	30%	-	-	-
Palmital	910	50%	40%	-	-	-
São Pedro	280	50%	50%	-	-	-

Fonte: Pesquisa feita às famílias rurais.

A verminose se faz presente nesta população e as condições sanitárias são precárias. (29)

(28) Plano de Trabalho 1974/1975 - ACAR escritório regional - Ceres.
 (29) Idem.

SAÚDE

Situação Geral

Aspectos sanitários - Número total de famílias por região, bem como o percentual que possui filtros, energia elétrica, privadas e origem da água utilizada.

Regiões Trabalha- das lhas	Nº To- tal de famí- lias que têm fil- hos	Nº Total de famí- lias que têm fil- hos	Origem da água			Percorral de famílias que possuem filtros
			% famílias que tam- bém instalação sanitária	Mascente	Rio	
Pedra	28	99%	40%	—	20%	—
Cór. Bica	30	89%	20%	—	—	80%
Ipiranga	118	99%	40%	—	—	100%
Palmitil	51	50%	20%	—	—	20%
São Pedro	28	80%	20%	—	10%	80%

Fonte: Pesquisa feita às famílias rurais.

Transcrevemos abaixo os objetivos e a estratégia do programa da ACAR para 1974/1975, para que se possa emoldurar mais nítidamente o quadro da situação rural e (mais uma vez se observa que os dados abrangem apenas a parte do município assistida por tal organização). (30)

PROGRAMA DE TRABALHO - 1974/75

Objetivos e Metas

Objetivos Intermediários

- Aumentar o número de mini-postos
- Aumentar o número de imunização
- Ampliar o número de fossas secas e de filtros , etc.

Objetivo Final

Contribuir para diminuição dos índices de morbidade e mortalidade, na área de atuação. (grifo nosso)

Discriminação	Total Geral	Total Distribuído por trimestre			
		I	II	III	IV
Nº de famílias que fazem tratamento d'água através de:					
- filtros	250	130	70	50	-
- cloro	-	-	-	-	-
Nº de famílias que fazem melhoramento no abastecimento de água	-	-	-	-	-
Nº de famílias que fazem combate às pragas domésticas	-	-	-	-	-
Nº de famílias que construem privadas higiênicas	250	100	100	-	25
Nº de pessoas que se fazem imunizadas (varíola, poliomielite, tuberculose, febre amarela)					

Nº de pessoas que fizeram vacinação contra sarampo)	4.000	-	-	-	-
Nº de pessoas que fizeram combate à verminose (exame de fezes e uso de vermífugos)	2.000	500	1.000	300	200
Nº de famílias que receberão assistência pré e pós-natal (higiene materno-infantil)	-	-	-	-	-
Unidade de mini-postos a instalar	-	-	-	-	-
Nº de pessoas que receberão assistência dos mini-postos	-	-	-	-	-
Nº de famílias a adotar: -latas e coletores de lixos	500	100	250	100	50
-fossas de lixo	100	20	80	-	-
Nº de famílias que terão farmácia caseira	-	-	-	-	-
Nº de famílias que fizeram melhoramento habitacional	-	-	-	-	-
Metodologia:					
- nº de cursos	1	-	-	-	-
- nº de campanhas	1	-	-	-	-
- nº de pessoas a treinar (parteiras, professores, líderes-jovens e adultos).	13	-	-	-	-
Unidade de material técnico a distribuir	500	-	-	-	-

Sem atentar para o aspecto educacional, os extensionistas da ACAR atribuem esta situação à marginalização em que foi colocado o pequeno proprietário pelas instruções do Banco Central, embora proponham campanhas, neste sentido.

A ACAR está desenvolvendo um programa de implantação da pecuária leiteira, na tentativa de atingir esta categoria, mas já se constata, através dos projetos apresentados, o total predomínio da classe dos médio e grandes proprietários. (31)

Observa-se uma decadência no município, em relação às décadas anteriores, a partir dos fins da de 60.

A população rural vem se restringindo, em detrimento da urbana. O total também se alterou, sofrendo uma brusca diminuição de fins dos anos 60 até início dos 70. O acréscimo, a partir daí só se faz sentir na população urbana, mas não se observa uma urbanização provocada pela intensificação de atividades econômicas próprias ao fenômeno.

Entre 1964/69 existiam 6 agências bancárias na cidade de Ceres; hoje são apenas 4. O movimento do norte do estado que se fazia nesta praça, deslocou-se.

Nas proximidades da Estação Rodoviária encontram-se os "volantes", incumbidos de arrebanhar trabalhadores para as fazendas dos municípios vizinhos.(32) O número de desocupados, principalmente jovens, na cidade é significativo.

Em virtude da situação descrita atuam, no município, vários programas de saneamento, educação alimentar, postos de saúde, em convênio com a LBA, além do PIPMO. (33)

Entretanto, pelas vias originariamente abertas pela penetração e instalação da CANG, os caminhões transportando, para Centro e para o Norte os produtos industrializa

(30) *Ibidem.*

(31) *Entrevista extensionistas - ACAR local e regional - Es-*
critório local e regional - Ceres - 1974.

(32) *Esterci, Neide, op. cit. pág. 68.*

(33) *Entrevista extensionistas local atual e anterior - Es-*
critório local ACAR - Ceres - 1974.

dos do sudeste, e levando para o sudeste as produções agrícolas regionais. Ceres escoa sua produção para os mercados de São Paulo e Manaus. (34)

A região já se incorporou, portanto, à faixa onde coincidem o domínio econômico com o domínio político, definitivamente. Já não é, nem uma proposição colonizadora, ou uma zona pioneira, em ocupação. A integração ocorreu de forma global, impondo seus meios de exploração econômica.

A Colônia fracassa pelas dificuldades de aplicação do projeto inicial, assumindo, entretanto, a função de área de ocupação pioneira, até ser absorvida pelo sistema econômico nacional.

(34) *Projeto de Desenvolvimento Integrado - SERRAHU*, op. cit., pag. 36.

CONCLUSÕES

A Colônia Nacional de Goiás não alcançou os objetivos propostos: fixação do trabalhador, criação de um sistema de produção baseado na pequena propriedade familiar e na comercialização cooperativista, implantação e desenvolvimento de técnicas agrícolas atualizadas, que permitisse a ascenção econômica e social de seus proprietários.

O Governo Federal deixou faltar o apoio necessário ao empreendimento, abandonando o processo aos seus interessados diretos. As condições favoráveis ao desenvolvimento, instaladas, anteriormente à Colônia e surgidas paralelamente, ou consequentemente, como a comprovação da alta qualidade dos terrenos, transformaram a região pela qual se estenderam, inclusive a CANG, numa área pioneira, provocando a extinção das determinações do decreto 3.059, exatamente favorecida pela posição tomada pelo poder central. A pressão de métodos usuais de produção e sistema de propriedades, cuja ascendência é possível supremacia sob os propósitos a serem implantados, se consolidou e se tornou vitoriosa, com o rumo tomado pela expansão territorial e pelas novas exigências do desenvolvimento em curso. Problemas internos que ocorrem, desde a primeira administração, já refletem a força desta pressão.

Se observarmos a soma de motivos em jogo, considerados pelo programa de colonização e Marcha para o Oeste, veremos, entretanto, que o insucesso da CANG foi apenas apa-

rente, porque Ceres foi uma conquista desta marcha, um ponto a mais na expansão do sistema econômico brasileiro, criando um centro produtor significativo e abrindo uma nova região para o domínio econômico dos grandes proprietários e comerciantes. Transformou-se num suporte físico e demográfico do avanço para o Norte. Inseriu-se no processo contínuo de ocupação e povoamento do qual os marcos mais significativos são a criação de Goiânia, Brasília, e construção das grandes estradas de rodagem, como a Belém-Brasília e Transamazônica, além dos atuais projetos de colonização.

Ceres, hoje não é a região colonizada em almejados moldes padrão, nem a zona de pioneirismo que foi até a década de 60. É um centro produtor integrado ao sistema nacional, com suas características já absorvidas.

A aparente decadência da cidade, em relação ao passado, quando o afluxo de imigrantes era contínuo e o movimento intenso a caracterizava, esconde a estabilidade e a significativa produção agrícola.

A incoerência que, à primeira vista, existe entre a decadência assinalada e o aumento da população urbana, se relaciona com a desagregação do sistema pretendido, que se constata através do nível de vida a que se submete tal contingente e da característica do afluxo-êxodo rural. Vê-se reproduzido, em proporções regionais o quadro nacional, apontado pelo Estado Novo, e por este não solucionado. Tanto assim, que o problema reaparece nos dias atuais, como causa de uma nova política colonizadora. Por outro lado, as condições determinadas pela exclusão dos pequenos proprietários do sistema de produção, facilitam a transformação destes em assalariados rurais, conforme está se verificando. O sistema, à sua maneira, se incumbiu de corrigir as distorções das favoráveis ao reforço do mercado de consumo.

Portanto, o Estado Novo cumpriu as suas proposições, na medida em que permitiu o desenvolvimento do sistema econômico brasileiro, a partir dos interesses que o guiaram, efetuando a conquista dos elementos necessários à sua

expansão - novos territórios, utilizáveis.

Por tal opção, transformou a fronteira econômica na faixa neutralizadora dos problemas ligados à situação agrária e à mão de obra, caminhando, na medida que a expansão continua. Atrás dela, integrando-se ao sistema que se implantou, são absorvidos os elementos necessários (fonte de produção e força de trabalho) e para ela são deslocadas as reservas para o próximo movimento de expansão.

Esta característica do modelo brasileiro de desenvolvimento, que se verifica no caso da CANG, foi determinada pelas decisões efetuadas durante o Estado Novo.

O aceleramento das conquistas territoriais em nossos dias e as novas exigências econômico-sociais serão responsáveis pela sua sobrevivência ou extinção.

BIBLIOGRAFIA

Obras Gerais e Especializadas

- ACHILLES, Paula. O Brasil em Marcha. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1943.
- ACHILLES, Paula. Brasil de Oeste. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1943.
- ALMEIDA, Victor de. Goiaz. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1944.
- AMARAL, Luis. História Geral da Agricultura Brasileira. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1958.
- AMARAL, Luis. O Outro Brasil. 1a. ed., São Paulo, Cia Editora Nacional, 1954.
- AMARAL PEIXOTO, Alzira Vargas. Getúlio Vargas, meu pai. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Editora Globo, 1960.
- ANDRADE, Almir de. Contribuição à história Administrativa do Brasil. Na República até o ano de 1945 - 2 vols. Rio de Janeiro, 1950.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Paisagens e Problemas do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Thaóphilo de. O Rio Paraná no Roteiro da Marcha para o Oeste. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores - 1941.
- ARTIAGA, Zoroastro. Geografia econômica, histórica e descriptiva de Goiaz. Tipografia Triângulo, 1951.
- 25 anos de economia Brasileira. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1965.

- BAER, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- BARRETTO, Castro. Estudos Brasileiros de População. 2a. ed., Rio de Janeiro, Editora Agir, 1947.
- BARRETTO, Castro. População, Riqueza e Segurança. Biblioteca de Exército Editora, 1961.
- BASBAUM, Leoncio. História Sincera da República de 1889 e 1930. 2a. ed., São Paulo, Editora Edaglit, 1962. vol 2.
- BASBAUM, Leoncio. História Sincera da República de 1930 e 1960. São Paulo, Editora Edaglit, 1962. Vol 3.
- BASTOS, Humberto. A Economia Brasileira e o Mundo Moderno. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1948.
- BASTOS, Humberto. A Marcha do Capitalismo no Brasil. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.
- BELLO, José Maria. História da República 1889 - 1945. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1956.
- BELLO, José Maria. História da República. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1964.
- BERFORD, Álvaro Bittencourt. O Estado Nacional e a Constituição de 10/11/1937.
- BITTENCOURT, A. M. Os Postulados da Revolução. Erros do Regimen Deposto, Deveres da Nova República. Rio de Janeiro, 1931.
- BRASIL, Instituto Brasileiro da Reforma Agrária. Miniprojeto de assistência técnica, investigação e capacitação. Rio de Janeiro, 1969.
- BRASIL. Comissão Nacional de Política Agrária. Aspectos Rurais Brasileiros. IBGE. Rio de Janeiro, 1967.
- BRASIL. INCRA - Ministério da Agricultura. Influência da iniciativa privada na colonização.
- BRASIL. INCRA. A Colonização no Brasil. Situação atual, projeções e tendências em Rondônia. Folheto Informativo apresentado no Curso Superior de Guerra Naval, da Escola de Guerra Naval em Rondônia, junho de 1972.
- BRASIL. INCRA. Colonização na Amazônia Brasileira. Informe apresentado à ADESG sobre Colonização na Amazônia Brasi

- leira, em Cuiabá, Mato Grosso. Outubro de 1973.
- BRASIL. INCRA. Colonização Oficial (mimeografado). Ministério da Agricultura. Departamento de Projetos e Operações. Divisão de Organização e Promoção Agrária. Divisão de Organização e Promoção Social.
- BRASIL. INCRA. MA. Seleção de Áreas para Colonização. Seminário Nacional sobre critérios para programas de colonização. Bogotá, Colômbia, Junho de 1974.
- BRASIL. INCRA. MA. Atividades e Problemas Agrários no Brasil. Departamento de Projetos e Operações. Conferência realizada pelo Dr. Nélvio Palma de Arruda - diretor do INCRA. 1974. (mimeografado)
- BRASIL. Goiás, uma Nova Fronteira Humana. Conselho de Imigração e Colonização - Presidência. Abril de 1949.
- BRASIL. IBGE. Paisagens do Brasil. 2a. ed., Rio de Janeiro 1962.
- BRASIL. IBGE. Novo - Paisagens do Brasil. Rio de Janeiro, - 1968.
- BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil Geral e Regional. Amazônia. São Paulo, Editora Cultrix Limitada, 1966. Vol I.
- BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil Geral e Regional. O Grande Oeste. São Paulo, Editora Cultrix Limitada, 1967. Vol. VI.
- CALLADO, Antonio. Quarup. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A, 1967.
- CÂMARA, Jaime. Os Tempos da Mudança. 2a. ed., Goiânia, Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.
- CÂMARA, Jaime. No tempo de frei Germano. Goiânia. Livraria Editora Cultura Goiana, 1974.
- CAMARGO, José Francisco da. Exodo Rural no Brasil. Formas, causas e consequências. Rio de Janeiro, 1960.
- CAMARGO JÚNIOR, Sebastião Dante da. Problemas do Oeste. Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1948.
- CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional. Sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro, 1940.

- CARONE, Edgár. A Segunda República. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
- CARONE, Edgar. A República Nova. (1930 - 1937) São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
- CARVALHO, Delgado. Geografia do Brasil. São Paulo, 1930.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário. Desenvolvimento e Educação no Interior do Brasil. Goiânia - Editora Oriente, 1974.
- CASTRO, Antonio Barros de. Ensaios sobre a economia Brasileira. Rio de Janeiro - São Paulo, Editora Forense 1969
- CASTRO, Silva. Esse Colosso o Brasil. São Paulo, Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1941.
- CAVALCANTI, Amaro. A vida econômica e financeira do Brasil.
- COSTA, Artur de Sousa. Panorama Financeiro e econômico da República. Rio de Janeiro, 1941.
- COSTA, Manuel Augusto. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, 1971. IPEA/INPES.
- COSTA PALMEIRA, Tenente Coronel João da. Amazônia. Edição - Século XX - 1942.
- CURADO, S. Fleury. Memórias Históricas. Goiânia, 1956. >
- CASTRO COSTA, Gerson. Goiânia, a Metrópole do Oeste. Goiânia, Academia Goiana de Letras, 1947.
- CARDOSO, Fernando H. Notas Sobre Estado e Dependência. São Paulo, Cardenços CEBRAP, 1973.
- CARDOSO, Fernando H. - SINGER, Paul Israel. A Cidade e o Campo. São Paulo, Cadernos CEBRAP, 1972.
- DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo. São Paulo, Difusora Européia do Livro, 1971.
- DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. Rio de Janeiro, 1940.
- DEMANGEOT, Jean. O Contingente Brasileiro. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
- DEMÓSTENES, M. Estudos sobre a Nova Capital do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1947.
- DIEGUES JR., Manuel. População e Propriedade de terra no Brasil. União Pan-Americana - Secretaria Geral OEA - Washington, DC, 1959.

- DINIZ, Osório da Rocha. A Política que convém ao Brasil. Cia Editora Nacional, 1937.
- DULLES, John W.F. Getúlio Vargas. Rio do Janeiro, Editora Renes, s/d.
- ESTERCI, Neide. O Mito da Democracia no País das Bandeiras. Análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização do Estado Novo. Trabalho de conclusão de curso de mestrado na UFRJ, Rio de Janeiro, 1972.
- FAUSTO, Boris. Pequenos Ensaios de História da República - (1889-1945). São Paulo, Caderno CEBRAP, 1972.
- FERREIRA NETTO, J. O Problema Amazônico. Pará, 1942.
- FERREIRA REIS, Arthur César. O Impacto Amazônico na Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Paralelo -MEC 1972.
- FERREIRA REIS, Arthur César. A Amazônia que os Portugueses Revelaram. Rio de Janeiro, MEC, s/d.
- FERREIRA DA SILVA, José. Colônias para o Brasil. Tipografia e Encadernação - Escola Técnica de Goiânia, 1948.
- FIGUEIREDO, Lima. O Rio Paraná no Roteiro da Marcha para o Oeste. in Revista Brasileira de Geografia, Ano IV nº 1.
- FICHLOWITZ, Stanislau. Principais Problemas da Migração Nordestina. MEC - 1965.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica da América Latina. 2a ed., Rio de Janeiro, Lia Editora S/A, 1970.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Evolução da Rede Urbana Brasileira. Rio do Janeiro, 1963.
- GENSCHOV, Fernando.- CUNHA JÚNIOR, Alarico José da. Concelho de Colonização. Rio de Janeiro, 1937.
- Guia Prático da Cidade de Ceres - Publicidade Friedmann de Goiás, 1954.
- HENRIQUES, Afonso. Ascenção e Queda de Getúlio Vargas. Vol 2 Rio de Janeiro, Editora Record, 1966.
- TANNI, Octavio et alii. Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, - 1965.

- JAMES, Preston. Latin America. New York, 1950.
- JOBIM, José. Brazil in the making. The Macmillan Company. New York, 1944.
- LAMBERT; Jacques. América Latina. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1972.
- LEAL, Oscar. Viagem às terras Goyanas. Brazil Central. Lisboa. Typographia Minerva Central, 1892.
- LEITÃO, Evaristo - CAVINA, Rômulo - PALMEIRA, João Soares. O Trabalhador rural Brasileiro. Departamento de Estatística e Publicidade. Rio do Janeiro, 1937. MTIC
- LEITE, Mário. Paulistas e Mineiros plantadores de Cidades. Edart, 1961.
- LEONARD, John. Estudo de planejamento para reforma agrária na região sul de Goiás. (mimeografado)
- LIMA, Ruy Cirne. Poquena História Territorial do Brasil. Serras marias e Terras Devolutas. Edição Sulina, 1954.
- LUZ, Nícea Villela. Amazônia para os Negros Americanos. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968.
- MAGALHÃES, José Cézar de. Centro-Oeste: Uma Região Periférica em Integração. in curso para Professores de Geografia Ministério de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE. Rio de Janeiro, 1972.
- MEIRELES, Silo. Brasil Central - Notas e Impressões. Biblioteca do Exército Editora, 1960.
- MENDES, Armando. Amazônia econômica - problema Brasileiro. São Paulo, 1939.
- MOMBEIG, Pierre. Ensaios de Geografia Humaña Brasileira. São Paulo, 1940.
- MORAZÉ, Charles. A Lógica da História. São Paulo, Difusão - Européia do Livro, 1970.
- MURTA, Domício da Figueiredo. Política de Colonização e o Plano de Colonização. Faculdade de Ciências Económicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959.
- NASH, Roy. A Conquista do Brasil. Cia Editora Nacional, 1939
- NORMANO, J.F. Evolução Econômica do Brasil. Cia Editora Nacional, 1939.

- PAIM, Gilberto. Industrialização e Economia Material. Rio de Janeiro, 1957.
- PAIVA, Ruy Miller. Problemas da Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, SIA, 1956.
- PACHECO, Armando. Getúlio me disse. Editora Aurora, 1949.
- PASSOS, John dos. O Brasil Desperta. Rio de Janeiro, Editora Record, 1964.
- PINA, Léa Araújo. Meu Pai, Bernardo Sayão. 2a. ed. Goiânia, Imprensa da UFGO, 1968.
- PEREIRA, José Carlos. Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1967.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.
- REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia e a Cobiga Internacional. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1960.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para o Oeste. Rio de Janeiro. 4a. ed. Editora da Universidade de São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1920. 2 vols.
- RONDON, Cap. Frederico A. Pelo Brasil Central. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1934.
- ROSA, Joaquim. Por esse Goiás afora... Livraria Editora Cultura Goiana, 1974.
- SANTA ROSA, Virgílio. Que foi o Tenentismo? Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963.
- SICILIANO JR. Alexandre. Agricultura, Comércio e Indústria no Brasil. São Paulo, 1931.
- SILVA BRUNO, Ernani. História do Brasil Geral e Regional. O Grande Oeste. São Paulo, Editora Cultrix, 1947.
- SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1971.
- SILVEIRA, Peixoto da. A Nova Capital. 2a. ed. Pongetti.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. Sociedade e Política no Brasil. São Paulo, Difusora Européia do Livro, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. O que se deve ler para conhecer o

- Brasil. 4a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Oeste. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1941.
- SOLA, Lourdes. O Golpe de 31 e o Estado Novo. in Brasil em Perspectiva, São Paulo, Difusora Européia do Livro, 1968.
- SPIEGEL, Henry William. Brazilian Economy. The Blakston Company. Philadelphia, Toronto, 1949.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.
- TAVARES, Vania Porto, e outros. Colonização dirigida no Brasil. Rio de Janeiro, 1972. IPEM - IMPES.
- TEIXEIRA LUDOVICO, Pedro. Memórias. Goiânia, Livraria Editora Goiana, 1973.
- TORRES, João Batista de. Movimentos Migratórios das populações rurais Brasileiras. Rio de Janeiro, Freitas Bastos 1957.
- TOYNBEE, Arnold J. Estudio de la Historia. Buenos Aires, EMECE, 1964.
- VALVERDE, Orlando - VERGOLINO DIAS, Catarina. A Rodovia Belém-Brasília. Rio de Janeiro, 1967. IBGE.
- WERNECK VIANNA, Maria Lúcia Teixeira. Getúlio Vargas. São Paulo, Editora Três, 1974.
- ZWEIG, Stefan. Brasil, País do Futuro. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1960.

DOCUMENTOS IMPRESSOS

BRASIL - ACAR - Plano de Trabalho 1974/75 - Escritório Regional - Ceres.

BRASIL. Arquivo Histórico à Palácio do Itamarati. Pasta: Governos Estaduais - Goiás - Avisos expedidos e recebidos - 1931/40. Ofício Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Secretaria de Finanças do Estado de Goiás em 26/02/1931
BRASIL. Censo demográfico 1970.

BRASIL. Coleção de Leis - Decretos e Decretos Lei
Decretos: nº 2.009 de 09/02/1940 e nº 6.882 de 19/02/1941
Decretos Lei: 3.059 de 04/02/1941; nº 3.071 de 21/02/1941,
3.359 de 30/03/1941, 3.961 de 31/12/1942 e 5.562 de 09/06/1943.

COSTA, Fernando. Realizações do Presidente Vargas no Ministério da Agricultura. DIP s/d.

BRASIL. Discurso do chefe do Governo Provisório em Belo Horizonte - 1931.

BRASIL - DTC Ministério da Agricultura - Relatório do diretor da Divisão de Terras e Colonização, Sr. José da Oliveira Marques, apresentado ao ministro da Agricultura sobre inspeção feita às Colônias agrícolas nacionais de Goiás, Amazonas, Pará e Maranhão. in Revista de Imigração e Colonização, ano IV nº 4.

BRASIL. Estado Nacional - cinco anos de Unidade e Ação. Rio de Janeiro, 1942.-

ESTADOS UNIDOS. Technical mission to Brazil. A missão Cooke

no Brasil. FGV, 1949.

Brasil - Goiás - Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório e ao povo goiano pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor neste Estado 1930-1933 - Secção de Obras da Imprensa Oficial - Goiás - capital.

Brasil - IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1972,

Brasil - IBGE - Censo Agrícola - 1960.

Brasil - IBGE - Censo Agro-pecuário - 1970.

Brasil - IBGE - Censo Demográfico - 1940.

Brasil - IBGE - Censo Demográfico - 1950.

Brasil - IBGE - Censo Demográfico - 1960.

Brasil - IBGE - Censo Demográfico - 1970.

Brasil - IBGE - Informações Básicas - 1972.

Brasil - IBRA - Estatística para Estudo do Valor da Terra Nua e do Módulo - 1967.

Brasil - Incra - Departamento de Cadastro e Tributação - DC Manual da UMC.

Brasil - Incra - Ministério da Agricultura - Estatuto da Terra - lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Brasil - INCRA - Ministério da Agricultura - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais - 1972- Estatísticas Cadastrais - Brasília - 1974.

Brasil - INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Informativo Técnico - Índices Básicos.

MAGALHÃES, Diógenes. Discursos ou profecias. Era no tempo em que quase ninguém acreditava.

MAIA, Jorge. Um Decenio de Política Externa. DIP - 1942.

BRASIL. Ministério da Agricultura - Portaria nº 91 de 14/12/1942 do Diretor de Terras e Colonização, in Revista de Imigração e Colonização, ano IV nº 4.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Portaria nº 95 de 24/12/1942 do Diretor de Terras e Colonização in Revista de Imigração e Colonização, ano IV nº 4.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório do Diretor da Divisão de Terras e Colonização, Sr. José de Oliveira Mar-

ques, apresentado ao Ministro da Agricultura, sobre inspeção feita às Colônias Agrícolas de Goiás, Amazonas, Pará e Maranhão, in Revista de Imigração e Colonização, ano IV. BRASIL. Ministério do Interior. SERFHAU. Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado. Município de Ceres. Goiás 1970.

PINTO, Olegário. O Estado de Goyaz e a falta de meios de transporte. Discurso pronunciado na sessão de 13 de setembro de 1922. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

PINTO, Olegário. Interesses de Goyaz. Officinas Typographicas Editora Brasileira Lux. Rio de Janeiro, 1926.

BRASIL. Problemas e Realizações do Estado Novo - DNP 1938. Brasil. Secretaria de Planejamento e Coordenação - Departamento de Estatística - Estado de Goiás - Boletim nº 75 - Goiânia, julho 1970.

Brasil. Secretaria de Planejamento e Coordenação - Departamento de Estatística - Estado de Goiás - Boletim nº 76 - Goiânia, setembro de 1970.

Brasil. Secretaria de Planejamento e Coordenação - Departamento de Estatística - Estado de Goiás - Boletim nº 80 - Goiânia, dezembro de 1971.

VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1948, vols. 7, 8 e 9.

VARGAS, Getúlio. As diretrizes da Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1942.

VARGAS, Getúlio. Atualidade Brasileira e Seus Problemas e Soluções. Discurso do Presidente Getúlio Vargas no Segundo Aniversário do Estado Novo. DNP - 1939.

VARGAS, Getúlio. O Estado Novo e o Momento Brasileiro. Entrevista concedida à Imprensa pelo Presidente Vargas, na data do 19º aniversário da Instituição do Regime de 10 de novembro. Rio de Janeiro, Livraria - Papelaria e Litho Typographia Pimenta de Melo e Companhia.

VARGAS, Getúlio. Unidade Moral e Unidade Económica da Nacionalidade. Discurso do Presidente Getúlio Vargas às classes conservadoras e proletárias. 10/11/1940. DIP.

E R R A T A

Pag. 4 - 2º parágrafo - 1ª linha:
leia-se POLÍTICO-IDEOLOGICO em vez de POLÍTICAS-IDEOLOGICAS.

Pag. 15 - 5º parágrafo - 2ª linha:
leia-se TRANSBORDA em vez de TRANSBORDAM. je

Pag. 23 - Último parágrafo - 7ª linha:
leia-se DOS FATOS em vez de DOIS FATOS. ia

Pag. 34 - Último parágrafo - 7ª linha:
leia-se SE EXISTIM em vez de SE EXISTE.

Pag. 79 - Último parágrafo - 10ª linha:
leia-se AS COLÔNIAS em vez de AS COLÔNIA. je

Pag. 117 - na observação do mapa:
não se leia a 1ª linha. i-

Pag. 150 - bibliografia - 17ª linha:
acrescentar LOWEL, JOAN - TERRA PROMETIDA - 2ª edição
Cia. Edições Melhoramentos. je

re
i-
ia
lu
a.
tc
n-
o-

nal de Escolas para a Comunidade em Goiás - Goiânia.

ENTREVISTAS

Sr. Alberto Longo - tabelião, antigo funcionário da CANG-Ceres.

Dr. Dátil de Lima Oliva - ex-administrador da CANG- Goiânia.
Ex-extensionista do escritório local da ACAR - Ceres.

Extensionista do escritório local da ACAR - Ceres.

Extensionista do escritório regional da ACAR - Ceres.

Fazendeiros filiados a ACAR (3) - Ceres.

DESOR. Geraldo Bonfim da Freitas - fazendeiro na região de Jaraguá - Goiânia.

Dr. Jales Machado - fazendeiro pioneiro em Goianésia, engenheiro e político - Goiânia.

Sr. José Brasileiro - topógrafo da Prefeitura Municipal de Ceres, antigo funcionário da CANG - Ceres.

Sra. Léa Araújo de Pina - filha do Dr. Bernardo Sayão, participante na implantação da Colônia - Goiânia.

Dr. Manoel Demóstenes Barbo Siqueira - engenheiro e prefeito de Anápolis, na época da instalação da Colônia - Goiânia.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira - Interventor do Governo Revolucionário de 1930 e do Estado Novo, chefe político - Goiânia.

Min. Prof. Venerando de Freitas Borges - primeiro prefeito de Goiânia, atualmente Superintendente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás e Presidente da Campanha Nacional de Escolas para a Comunidade em Goiás - Goiânia.

PERIÓDICOS

- "A bacia do Prata e o progresso do Oeste brasileiro" in Boletim Geográfico nº 2 ano I, maio de 1943.
- "A Economia dos Estados - XI - Goiás" in Cultura Política nº 17 julho de 1942.
- "Alguns aspectos do problema da colonização no Brasil" in Boletim Geográfico nº 11, 1952.
- "A localização da Nova Capital da República" in Revista Brasileira de Estatística nº 6, ano II.
- "A mudança da Capital do País"(editorial) in Boletim Geográfico nº 47, ano IV.
- Almeida, Manuel Carlos Ferraz. A Colonização do Brasil Central em face da Experiência Cooperativista in Revista de Imigração e Colonização, ano II, nº 2.
- Alvim, Sócrates. Emigração de Trabalhadores Rurais - Terras Devolutas - Colonização. in A Lavoura, dezembro 1930.
- Amaral, Luis. O Cooperativismo na Colonização do Brasil Central. in Revista de Imigração e Colonização, ano XI nº2.
- Aspectos políticos do problema demográfico. in Movas Diretrizes, agosto de 1939.
- Backheuser, Everaldo. Localização da Nova Capital do País no Planalto Central. in Boletim Geográfico, nº 53, ano V.
- Barros, Geraldo Mendes. Migrações Internas, Urbanismo e Política Rural. in Revista de Imigração e Colonização,ano VIII, nº 3.

- Benchimol, Samuel. O Aproveitamento das Terras incultas e a Fixação do Homem ao Solo. in Revista de Imigração e Colonização, ano VII, nº 2.
- Bittencourt, José. O Presidente Getúlio Vargas e o caminho do ocidente. in Cultura Política nº 27, maio 1943.
- Brasília, capital do Brasil. in Revista Brasileira de Estatística nº 6, ano II.
- Câmara, Lourival. A Concentração da Propriedade Agrária no Brasil. in O Observador, nº 159, ano XIV, abril 1949.
- Campos, Humberto. A Volta ao Campo. in A Lavoura, dezembro 1933.
- Campos Júnior, Oscar. O Instituto de Terras e Colonização de Goiás, in Revista de Imigração e Colonização, ano XII - nº 2.
- Caracterização do Espaço Geográfico - O Brasil no Grupo de países continentais. in Revista Brasileira de Estatística nº 127, ano XXVII.
- Cardoso, F.H. O "modelo brasileiro" de desenvolvimento. Revista Debate e Crítica nº 1, julho/dezembro, 1973. São Paulo, Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia "HUCITEC" Ltda.
- Carvalho, Fernando Mibielli. População e Imigração Subsídios para o estabelecimento de uma nova política imigratória brasileira. in Revista Brasileira de Estatística, nº 9, 1942.
- Carvalho, Péricles de Melo. "A concretização da "Marcha para o Oeste" in Cultura Política, nº 8, outubro 1941.
- Casaluce, Grand Uff Ciacint. Esboço de um Projeto de Colonização no Estado de Goiás. in Revista de Imigração e Colonização, ano XII, nº 2.
- Castro, Eng. Cristovão Leite de. (palavra) Goiânia, a mais Nova Capital Brasileira, in Boletim Geográfico, ano I, nº 12, março 1944.
- Castro, Cristovão Leite. Aspecto Histórico da Mudança da Capital do Brasil. in Boletim Geográfico, nº 49, ano 5, abril 1947.

- I Congresso Brasileiro de Economia, in Revista Brasileira de Estatística nº 17, ano 1944.
- I Congresso Econômico do Oeste, in Revista Brasileira de Estatística nº 7, ano 1941.
- Colonização e Povoamento in Revista de Imigração e Colonização, ano I, nº 2.
- Considerações sobre o êxodo rural in Boletim Geográfico nº 45, ano IV.
- Correio Oficial 1940-1941.
- Courtin, René. Caracteres Gerais da Economia Brasileira in Boletim Geográfico nº 85, ano VIII.
- Diário Oficial 1940-1941.
- Divisão Regional do Brasil, in Revista Brasileira de Estatística nº 7, ano 1941.
- Distribuição e crescimento da população brasileira in Revista Brasileira de Estatística nº 85.
- Editorial in Boletim Geográfico, nº 45, ano IV.
- Estabelecimentos de ensino Agrícola nas Zonas de Colonização do Centro-Oeste, in Revista de Imigração e Colonização, nº 1, ano XII.
- Exportação de Goiás em 1940, in Revista Brasileira de Estatística, nº 6, 1940.
- Exposição permanente de Goiânia, in Boletim Geográfico nº 26, ano III.
- Faissol, Speridião. Alguns Aspectos do Mato Grosso de Goiás in Boletim Geográfico, nº 112, ano XI.
- Faissol, Speridião. A Região de Uruana, in Boletim Geográfico, nº 80, 1949.
- Faissol, Speridião. A Colonização no Estado de Goiás, Boletim Carioca de Geografia, nºs 2 e 3, 1950, págs. 13 a 25.
- Fernandes, Florosten. Revolução burguesa e capitalismo dependente. in Debate e Crítica, nº 1, julho/dezembro 1973 São Paulo.
- Ferrão, Argollo. Problemas Econômicos, in A Lavoura, outubro, 1933.

- Ferreira Reis, Artur César. O Fundamento político da defesa nacional. in Boletim Geográfico, nº 19, ano II outubro 1944.
- Figueiredo Lima. A Conquista do Brasil pelos Brasilciros. in Boletim Geográfico, ano VII, nº 74.
- Figueiredo Lima. A Geopolítica de Nossas Fronteiras, in Boletim Geográfico, nº 23, ano II.
- Fleury, J. Hercílio. Rodovia Transbrasiliana ER.14 in Boletim do DNER, nº 1, 1947.
- Fonseca, Silvio. A Fundação Brasil Central e a tarefa de pacificação dos índios. in Revista de Imigração e Colonização, ano VII, nº 2.
- Fonseca, Sílvio. Uma Viagem ao Brasil Central, in Cultura Política, nº 42, julho 1944.
- Freitas, M.A. Teixeira de. Problemas da Organização Nacional, in Revista Brasileira de Estatística, nº 6, 1941.
- Fundação Brasil Central (entrevista Arthur Hehl Neiva) in Boletim Geográfico, nº 36, ano III, dez. 1945.
- Fundação Brasil Central. Notícias da Expedição Roncador-Xingu, in Boletim Geográfico nº 34, ano III.
- Goiás - pesquisas geológicas no sudoeste goiano in Boletim Geográfico nº 28, ano III.
- Homenagem do Instituto de Colonização Nacional, in Revista Brasileira de Estatística, nº 23, ano 1945.
- Idéias sobre colonização no Brasil, in Revista de Imigração e Colonização, ano XIII, nº 2.
- Imigração e Colonização. in Novas Diretrizes, junho 1940.
- Interiorização da Capital da República. in Revista Brasileira de Estatística, nº 34, ano I.
- Investigações sobre o meio rural. in Revista Brasileira de Estatística, nº 11, 1942.
- Lacerda, Jurandir Carnaíro Nobre de. Apreciação dos Trabalhos da Fundação Brasil Central do Ponto de Vista Pioneiro. in Revista de Imigração e Colonização, ano XI, nº 2.
- Lourenço, João de. Sistema Nacional de Economia. in Revista

- Brasileira de Estatística nº 5, ano 1941.
- Macedo Soares, José Carlos de. Discurso Relatório de Instalação das Assembléias Gerais dos Conselhos dirigentes do IBGE. Goiânia, julho 1942, in Revista Brasileira de Estatística, nº 11, 1942.
- Marcha para o Oeste. in Novas Diretrizes, março 1942.
- Matos, Meira. Aspectos Geopolíticos de Nossa Território. in Boletim Geográfico nº 106, jan/fev 1952.
- Milliet, Sérgio. "Roteiro do Café" in Boletim Geográfico, nº 95 e 96, ano VII, pág. 1277 a 1293 e 1395 a 1413, respectivamente.
- Neiva, Arthur Mehl. Getúlio Vargas e o problema da Imigração e Colonização. in Revista de Imigração e Colonização, ano III, nº 1.
- Nossa terra (Revista) 1938-1942.
- Oeste (Revista) 1942-1944.
- "O Abastecimento do Vale Amazônico" in Boletim Geográfico, nº 3, ano I - junho 1943.
- Oliveira, Américo L. Barbosa de. O estírito tradicional de expansão econômica brasileira. in Boletim Geográfico nº 47, ano IV.
- Pena, Belisário. Educação Rural. in Revista Brasileira de Estatística nº 8, 1941.
- Pinheiro Filho, João. A Marcha para o Oeste Como Faze-la? in Novas Diretrizes, setembro 1940.
- 4º Poder (jornal) 1962-1963.
- "Povoar a Amazônia, Eis o Problema" in Revista de Imigração e Colonização, nº 2, ano XIII.
- Prado Júnior, Caio. "Contribuição para análise da questão agrária" in Revista Brasiliense, nº 73.
- Prado Júnior, Caio (palestra) Problemas de povoamento e a pequena propriedade, in Boletim Geográfico, ano I, nº 12 março 1944.
- "Problemas do Brasil Central através de uma entrevista do ministro João Alberto" in Boletim Geográfico, nº 24, ano II.

- "Produção Agrícola" in Revista Brasileira de Estatística nº 10, 1942.
- Rio, José Arthur. O Imigrante e o Problema da Terra, in Boletim Geográfico nº 97, abril 1941.
- Riquezas de Nossa Terra (revista) 1942.
- Rodrigues, Lísias A. "O Pan-brasileirismo do Presidente Vargas e o Rio Tocantins" in Cultura Política nº 39 abril 1944.
- Rondon, Tenente Coronel Frederico. Colonização, o Magno Problema Brasileiro. in Revista de Imigração e Colonização ano III, nº 4.
- Rondon, Tenente Coronel Frederico Augusto. Povoamento, Migração e Colonização Nacional. in Revista de Imigração e Colonização, ano XI, nº 1.
- Rúbio, Angel. O cérebro e o coração do Brasil marcham para as alturas. in Boletim Geográfico, nº 80, ano VII.
- Reis, Paulo V. Estações metereos-climáticas para as Colônias Nacionais. in Revista de Imigração e Colonização, ano VIII, nº 3.
- Sales, Herberto. "Erros que a Marcha para o Oeste reparará" in Cultura Política, nº 53, outubro 1945.
- Silva, Culemar Natal e. "A Capital e o Planalto Central" in Cultura Política nº 17, julho 1942.
- Silva, Leopoldo P. da. A Solução ao Problema Humano dos Sertões pela Colônia Nacional. in Revista de Imigração e Colonização, ano XI, nº 2.
- Simonsen, Roberto C. Recursos Econômicos e Movimentos das Populações. in Revista Brasileira de Estatística, nº 2, ano 1940.
- Smith T. Lynn. O Tamanho das propriedades rurais no Brasil. in Boletim Geográfico, nº 56,57,ano V.
- Sodré, Nelson Werneck. Aspectos políticos do problema demográfico. in Novas Diretrizes, setembro 1939.
- Torres Filho, Arthur. Mercados para os produtos da lavoura in A Lavoura, junho 1933.
- Torres Filho, Arthur. A Questão Agrária Brasileira. in A La

- voura, outubro/dezembro 1948.
- Torres Filho, Arthur. Colonização Rural, in A Lavoura, setembro/dezembro 1946.
- "Trabalhadores Nacionais" in Revista da Imigração e Colonização, vol. 1, ano III.
- Valverde, Orlando. "Tocantins-Araguaia, eixo do Brasil" in Cultura Política nº 13, março 1942.
- "Vazios Demográficos e ocupação econômica" in Boletim Geográfico, nº 4, ano I, julho 1943.
- Voz do Povo (jornal) 1930-1932.
- Waibel, Léo. Uma Viagem de reconhecimento do sul de Goiás. Separata da Revista Brasileira de Geografia, nº 3, ano IX, IBGE CNG - 1949.
- Waibel, Léo. A Vegetação e o Uso da Terra no Planalto Central. Separata da Revista Brasileira de Geografia, nº 3, ano X, IBGE CNG 1949.
- Xavier, Rafael Goiá. Estado do Futuro. in Boletim Geográfico nº 65, ano VI, agosto 1948.
- Jochmann, João. Resenha Retrospectiva Sobre a Economia Brasileira. in Revista Brasileira de Estatística, nº 10, ano 1942.
- Sobrinho, Barbosa Lima. Colonos e lavradores. in Boletim Geográfico, nº 17.

ABREVIATURAS

ACAR	- Associação de Crédito e Assistência Rural.
CANG	- Colônia Agrícola Nacional de Goiás.
DTC	- Departamento de Terras e Colonização.
GERA	- Grupo Executivo de Reforma Agrária.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRA	- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.
INIC	- Instituto Nacional de Imigração e Colonização.
LBA	- Legião Brasileira de Assistência.
PIPMO	- Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O Impulso desenvolvimentista brasileiro sob o Estado Novo	
1. Situação Política, Econômica e Social interna, frente às exigências do mercado externo e suas implicações em âmbito nacional	9
2. Classes emergentes, pressões e conflitos na estrutura interna	12
3. Da Revolução de 30 ao Estado Novo - implantação e significado	18
CAPÍTULO II - A Marcha para o Oeste	
1. Os Grandes vazios demográficos e a ideologia do Esta- do Novo - o Oeste no pensamento político - econômico da Nação	39
2. Goiás e suas condições internas de desenvolvimento..	49
3. Formas de superação para o modelo brasileiro, propos- tas pelo Estado Novo - Colonização agrícola: experiê- ncias, possibilidades e expectativas - Criação das Colô- nias Agrícolas Nacionais	70
CAPÍTULO III - A Colônia Agrícola Nacional de Goiás - o significado da CANG	
1. Exigências do decreto 3.059	82

2. O Espaço Geográfico ocupado	90
3. Desbravamento	92
4. Organização e emancipação	106
CAPÍTULO IV - O Município de Ceres até o início da dé cada de 70	
Vínculos e influências de sua origem...	118
CONCLUSÕES	142
BIBLIOGRAFIA	145
DOCUMENTOS IMPRESSOS	153
ENTREVISTAS	156
PERIÓDICOS	157
ABREVIATURAS	164
ANEXOS	165

ANEXOS

COMUNICADO

DECRETO N° 3.699

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto pelo Exercício do Poder Executivo do Estado de Goiás, em Goiânia, 30 de Outubro de 1940, 52º da República.

Art. 2º — O Governo autoriza o credito que por ventura possa ser maior à exécção do presidente, que estiver em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Interventoria Federal do Estado de Goiás, em Goiânia, 31 de Outubro de 1940, 52º da República.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alves Junior

DECRETO-LEI N° 3.699, DE 31 DE OUTUBRO DE 1940.

Dá nova redação ao final do § 3º do art. 2º do decreto-lei n° 3.067, de 4 de Abril do corrente ano.

O Interventor Federal, neste Estado, de conformidade com a disposição artigo 6º, nº IV, do decreto-lei federal n° 1.202, de 8 de Abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1º — Passa a ter a seguinte redação o final do parágrafo 3º do art. 2º do decreto-lei n° 3.067, de 4 de Abril do corrente ano: "A fixação dessa gratificação não poderá ser inferior a 1.000.000 (um milhão e trezentos mil reis) mensais, salvo no caso de limite determinado em lei, será feita trimestralmente pelo Secretário Geral do Estado".

Art. 2º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Interventoria Federal do Estado de Goiás, em Goiânia, 31 de Outubro de 1940, 52º da República.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alves Junior

DECRETO-LEI N° 3.700, DE 31 DE OUTUBRO DE 1940.

Abre uma conta especial de 6.000.000, para obter os pagamentos da sumaréia concedida ao Ginásio Municipal de Ipameri.

O Interventor Federal, neste Estado, de conformidade com a disposição artigo 6º, nº IV, do decreto-lei federal n° 1.202, de 8 de Abril de 1939, e

Considerando que pelo Governo do Estado, em virtude do decreto n°

exercido pelo no 3º do art. 1º, não é possível novamente para o referido Estado decretar a criação da Interventoria Federal do Estado de Goiás, em Goiânia, 31 de Outubro de 1940, 52º da República.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alves Junior

DECRETO N° 3.701, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1940.

O Interventor Federal, neste Estado, resolve promover o sr. Adelcio Líman, escrivão da Colaboração de São Francisco de Assis,

Palácio da Interventoria Federal do Estado de Goiás, em Goiânia, 4 de Novembro de 1940, 52º da República.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alves Junior

DECRETO-LEI N° 3.704, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1940.

Espõe sobre derrubada de terras do Governo da União.

O Interventor Federal, neste Estado, de conformidade com o disposto no artigo 6º, nº IV, do decreto-lei federal n° 1.202, de 8 de Abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1º — Fica dada ao Governo da União, na terra de Aracatu, para a instalação de um Núcleo colonial e comunitário dentro dos seguintes limites: Rio das Almas, Sítio Carreiros, Lixões, Sagrada Família, Ponte Alta, Rio Verde, na confluência com o Rio das Almas, tudo de acordo com os estudos a que chegou a comissão de técnicos nomeada pelo Ministro da Fazenda, ficando ressalvado que a dívida regularizada as ocupações por ventura existentes nessa região.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando o presente assereto, em vigor na data da sua publicação.

Palácio da Interventoria Federal do Estado de Goiás, em Goiânia, 31 de Outubro de 1940, 52º da República.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alves Junior

DECRETO-LEI N° 3.706, DE 31 DE OUTUBRO DE 1940.

Abre uma conta especial de

6.000.000, para obter as pagamentos da sumaréia concedida ao Ginásio Municipal de Ipameri.

O Interventor Federal, neste Estado,

de conformidade com a disposição artigo 6º, nº IV, do decreto-lei federal n° 1.202, de 8 de Abril de 1939, e

Considerando que pelo Governo do

Estado de Goiás, em Goiânia, 31 de Outubro de 1940, 52º da República.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alves Junior

DECRETO N° 3.707, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1940.

O Interventor Federal, neste Estado, resolve promover o sr. Adelcio Líman, escrivão da Colaboração de São Francisco de Assis,

Palácio da Interventoria Federal do Estado de Goiás, em Goiânia, 4 de Novembro de 1940, 52º da República.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alves Junior

DECRETO-LEI N° 3.708, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1940.

Espõe sobre derrubada de terras do Governo da União.

O Interventor Federal, neste Estado, de conformidade com o disposto no artigo 6º, nº IV, do decreto-lei federal n° 1.202, de 8 de Abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1º — Fica dada ao Governo da União, na terra de Aracatu, para a instalação de um Núcleo colonial e comunitário dentro dos seguintes limites: Rio das Almas, Sítio Carreiros, Lixões, Sagrada Família, Ponte Alta, Rio Verde, na confluência com o Rio das Almas, tudo de acordo com os estudos a que chegou a comissão de técnicos nomeada pelo Ministro da Fazenda, ficando ressalvado que a dívida regularizada as ocupações por ventura existentes nessa região.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando o presente assereto, em vigor na data da sua publicação.

Palácio da Interventoria Federal do Estado de Goiás, em Goiânia, 31 de Outubro de 1940, 52º da República.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alves Junior

DECRETO-LEI N° 3.709, DE 31 DE OUTUBRO DE 1940.

Abre uma conta especial de

6.000.000, para obter as pagamentos da sumaréia concedida ao Ginásio Municipal de Ipameri.

O Interventor Federal, neste Estado,

de conformidade com a disposição artigo 6º, nº IV, do decreto-lei federal n° 1.202, de 8 de Abril de 1939, e

Considerando que pelo Governo do

Estado de Goiás, em Goiânia, 31 de Outubro de 1940, 52º da República.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alves Junior

DECRETO-LEI N° 3.710, DE 31 DE OUTUBRO DE 1940.

Abre uma conta especial de

6.000.000, para obter as pagamentos da sumaréia concedida ao Ginásio Municipal de Ipameri.

O Interventor Federal, neste Estado,

de conformidade com a disposição artigo 6º, nº IV, do decreto-lei federal n° 1.202, de 8 de Abril de 1939, e

Considerando que pelo Governo do

Estado de Goiás, em Goiânia, 31 de Outubro de 1940, 52º da República.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alves Junior

DECRETO-LEI N° 3.711, DE 31 DE OUTUBRO DE 1940.

Abre uma conta especial de

ESTADO DE GOIÁS

ANO 102

Goiânia - Quarta-Feira, 20 de maio de 1946

NOTAS DO GOVERNO DO ESTADO

INTERVENTORIA FEDERAL

DECRETO-LEI N° 402 DE 20 DE MAIO DE 1946.

Dez uma área de terreno para construção, com 16.166,83m², à Congregação das Filhas do Maria Auxiliadora.

O Interventor Federal no Estado de Goiás, usando da liberdade que lhe confere o artigo 1º, nº V, do decreto-lei nº 1.202, de 3 de abril de 1939, decreta:

Art. 1º — Fica o Governo do Estado autorizado a arrendar à Congregação das Filhas do Maria Auxiliadora, sediada na Capital de São Paulo, uma área de terra, com 16.166,83m², no setor leste de Goiânia, correspondente à parte do quadro nº 2, situada entre as ruas 209 e la. América e 210 e fa. Avenida, que se destinará à construção de um Colégio da mesma Congregação.

Art. 2º — A donatária se obrigará a conceder matrícula e ministros, gratuitamente, o ensino primário e secundário a alunos de reconhecida pobreza que lhe forem apresentados pelo Governo, em número a ser combinado, desde inauguração do Colégio e durante todo o tempo de seu funcionamento.

Art. 3º — A área de terras, de que trata o artigo 1º, anterior ao patrimônio do Estado se cussarem ou forem transferidos os fins que determinaram a doação.

Art. 4º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 20 de maio de 1946, 5º da República.

General Felipe Antônio Xavier de Barros

Paulo Fleury da Silva e Souza

Geraldo Rodrigues dos Santos

DECRETO-LEI N° 402, DE 20 DE MAIO DE 1946.

Confirma a doação de terras devolutas ao Governo da União, para o efeito de fundação de uma Colônia Agrícola Nacional.

O Interventor Federal no Estado de Goiás, usando da liberdade que lhe confere o artigo 1º, nº V, do decreto-lei nº 1.202, de 3 de abril de 1939, decreta:

Art. 1º — Fica autorizada e ratificada, na conformidade do presente decreto-lei, a doação de terras devolutas ao Governo da União, pelo decretório número 3.704, de 10 de novembro de 1938, para a fundação e instalação de uma Colônia Agrícola Nacional, no Distrito de Ceres, do Município de Goiás.

Art. 2º — Os limites definitivos das terras devolutas,

terminadas "Ponta das Flores", no limite com a propriedade de Antônio Pires, nº 1.000, e a margem direita do Rio Grande, com extensão de 1.000 metros, dividindo várias estradas e os seguintes lotes: Queléada, aos mil novecentos e cinquenta metros; Correjo São José, aos três mil em quarenta e cinco metros (3.350ms); Correjo Serra Abacaxi, aos mil novecentos e quarenta metros (1.040ms); Correjo das Sete Mil e trinta metros (7.300ms); Correjo Meio, aos sete mil seiscentos e setenta e sete metros (7.077ms); Correjo Jacobá, aos oito mil novecentos e setenta e sete metros (8.077ms); Correjo do Outro, aos nove mil e novecentos e noventa metros (9.090ms); Correjo Largo, aos nove mil oitocentos e oitenta metros (9.080ms); Correjo da Pimenta, aos quase mil setecentos e oitenta metros (1.070ms); Correjo da Mata, aos oitocentos e trinta e quatro metros (14.374ms); Correjo da Mata, aos oitocentos mil e duzentos e sessenta e oito metros (10.210ms); Correjo da Coba, aos vinte e um mil e setecentos e quarenta e oito metros (21.670ms); Gruta da Coba, aos vinte e dois mil setecentos e quarenta e nove metros (22.470ms); Correjo da Onça, aos vinte e dois mil e quinhentos e oitenta e cinco metros (22.500ms); Correjo da Onça (instrumento), aos vinte e três mil e setecentos e quarenta e cinco metros (23.645ms); Correjo da Anta, aos vinte e quatro mil e oitenta e oito metros (24.080ms); Correjo da Estiva, aos vinte e cinco mil quinhentos e cinqüenta e quatro metros (25.540ms); e, abrangendo o Rio São Patrício, aos vinte e seis mil seiscentos e vinte metros (26.630ms), onde foi eriado um marco disto marco, pelo Rio São Patrício, até a sua barra no Rio das Almas; pelo Rio das Almas acima, até a barra do Rio Verde; pelo Rio Verde acima, até a barra do Correjo Grande; pelo Correjo Grande acima, até o marco onde teve princípio.

Art. 3º — Fica expressamente ressalvado que o Estado de Goiás não se responsabiliza por indenização de qualquer espécie a ocupantes por ventura existentes dentro dos limites descriptos no artigo anterior.

Art. 4º — Este decreto-lei entra em vigor no dia da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 20 de maio de 1946, 5º da República.

General Felipe Antônio Xavier de Barros

Paulo Fleury da Silva e Souza

Geraldo Rodrigues dos Santos

O Exmo. Sr. General Interventor Federal assinou os seguintes decretos:

Na Secretaria da Fazenda:

Dia 22 de maio de 1946.

Nomeando, interinamente, o sr. Elias Ferreira Campis para exercer o cargo de Coleitor Estadual de Crimis. Mais

